



# Jornal do Simesp

Nº 39 • Publicação do Sindicato dos Médicos de São Paulo • jan-fev / 2019

Pág. 3

## 100 mil servidores em greve histórica pela aposentadoria

Desde o dia 4 de fevereiro, servidores municipais estão paralisados pela revogação da Lei 17.020/18 (antigo PL 621), que aumenta de 11% para 14% a alíquota de pagamento da previdência e cria o Sampaprev



Pág. 4

### HU-USP

Após negociação, reitoria se compromete a contratar funcionários para o hospital

Pág. 6

### Campanha Salarial

Acordos coletivos firmados com Sindhosp, Sinamge, Sindmogi e Sindribeirão

Pág. 7

### Direitos dos médicos

Simesp esclarece dúvidas sobre o Termo de Consentimento Informado, que deve ser objetivo

# Usurpação de direitos

Diretoria do Simesp

Passamos por tempos difíceis em que direitos sociais como previdência, educação e saúde estão sendo retirados, contando com uma forte propaganda oficial que os culpa pela crise econômica que o país atravessa.

Em relação à previdência social, que no caso do Brasil foi originada por iniciativa dos próprios trabalhadores na década de 1920 e estatizada na Era Vargas, os ataques têm ocorrido tanto em nível nacional quanto municipal.

Em Brasília, os caminhos apontam para a previdência por capitalização, a diminuição do valor de Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o aumento do tempo de contribuição, que são apresentados como alternativas para passarmos segurança ao “mercado”. Essas mudanças certamente afetarão a parcela mais pobre e vulnerável da população.

Nós, médicos, frequentemente nos desdobramos em mais de um vínculo de trabalho. Pelas regras vigentes, é possível contribuir com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e com os institutos de previdência de servidores públicos somando os benefícios. Nós passaremos a ter apenas uma de nossas aposentadorias caso a reforma da previdência nacional, conhecida como PEC (Proposta de Emenda Constitu-

cional) da Morte, seja aprovada.

A reforma da previdência municipal de São Paulo, já aprovada pelos vereadores e pelo prefeito Bruno Covas, prevê que os novos servidores que tiverem seus salários acima do teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e quiserem receber a aposentadoria acima do estipulado terão que contribuir de 1% até 7% a mais do que os 14% que já foram aprovados pela Lei 17.020/18, que institui a reforma da previdência na cidade.

Precisamos entender que, neste momento, só a resistência terá alguma chance de manter as garantias dos servidores. Historicamente, apenas quando houve mobilização em conjunto com outros setores da sociedade civil existiu a possibilidade de confrontar agendas semelhantes.

Os servidores municipais de São Paulo estão em greve desde o dia 4 de fevereiro para que consigamos revogar a Lei 17.020/18. Convidamos todos os médicos a se juntarem nessa luta e torná-la nacional para que os direitos, arduamente conquistados pelas últimas três gerações de brasileiros, não sejam perdidos.

Estaremos ao lado dos que não admitem esses retrocessos, nas ruas, nas lutas democráticas, pelo bem comum.

## SIMESP OFERECE DESCONTO NA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Agora a Contribuição Social pode ser paga por meio de cartão de crédito com **10% de desconto** em **12 mensalidades**. **Direto em nosso site!**

MENSALIDADE  
R\$ **59,44**

Residentes e recém-formados  
MENSALIDADE  
R\$ **33,02**

Valor especial com subsídio



Os associados adimplentes contam com assessoria jurídica gratuita nas áreas trabalhista, previdenciária e ético-profissional. Além de poderem usufruir de benefícios como seguros, assessoria contábil e declaração do imposto de renda.

**Simesp, em defesa do médico e de seu trabalho.**

Basta acessar [simesp.com.br](http://simesp.com.br) e seguir as instruções. Se preferir, entre em contato com o Simesp Relacionamento e conheça outras formas de se associar:

**(11) 3292.9147 - [relacionamento@simesp.org.br](mailto:relacionamento@simesp.org.br)**



**SIMESP**  
SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO

RELACIONAMENTO SIMESP  
**11-99111-5490**

[f](https://www.facebook.com/simespmedicos) [i](https://www.instagram.com/simespmedicos) [y](https://www.youtube.com/simespmedicos) /simespmedicos



**SIMESP**  
SINDICATO DOS MÉDICOS DE SÃO PAULO

### DIRETORIA

**Presidente**  
Eder Gatti Fernandes  
[relacionamento@simesp.org.br](mailto:relacionamento@simesp.org.br)

### SECRETARIAS

**Geral**  
Denize Ornelas P. S. de Oliveira  
**Finanças**  
Diângeli Soares  
**Assuntos Jurídicos**  
Juliana Salles de Carvalho  
**Comunicações e Imprensa**  
Gerson Salvador  
**Formação Sindical e Sindicalização**  
Ademir Lopes Junior  
**Administração**  
Ederli Grimaldi de Carvalho  
**Relações do Trabalho**  
José Erivalder Guimarães de Oliveira  
**Relações Sindicais e Associativas**  
Otelo Chino Júnior

### EQUIPE DO JORNAL DO SIMESP

**Diretor**  
Gerson Salvador

**Supervisora de comunicação, edição e redação**  
Nicollí Oliveira

**Estagiária de comunicação**  
Miréia Lima

**Revisão**  
Eliane Domaneschi

**Fotografia**  
BBustos

### Redação e administração

Rua Maria Paula, 78, 3º andar - SP  
CEP: 01319-000 – Fone: (11) 3292-9147  
[imprensa@simesp.org.br](mailto:imprensa@simesp.org.br)  
[www.simesp.org.br](http://www.simesp.org.br)

### PROJETO GRÁFICO

Med Idea - Design & Planning

**Edição de arte e diagramação**  
Joana Brasileiro

Circulação: estado de São Paulo  
Tiragem: 5 mil exemplares

Todas as matérias publicadas terão seus direitos resguardados pelo Jornal do Simesp e só poderão ser publicadas (parcial ou integralmente) com a autorização, por escrito, do Sindicato.

A versão digital desta publicação está disponível no site do Simesp. Caso não queira receber a edição impressa, basta mandar e-mail para [relacionamento@simesp.org.br](mailto:relacionamento@simesp.org.br)

# 100 mil servidores em greve histórica pela aposentadoria

Nicolli Oliveira

Desde o dia 4 de fevereiro, servidores municipais realizam uma greve histórica pela revogação da Lei 17.020/18 (antigo PL 621), que institui a reforma da previdência na cidade e aumenta de 11% para 14% a alíquota de desconto em folha de pagamento. O movimento é crescente e mais de 100 mil profissionais aderiram à paralisação, inclusive os médicos. Mesmo com a adesão massiva à greve, o prefeito de São Paulo, Bruno Covas, só decidiu abrir o diálogo em 21 de fevereiro. No dia seguinte, os servidores resolveram rejeitar a resposta do prefeito sobre as reivindicações, já que ele afirmou a representantes sindicais que não revogará a lei e não abrirá mão do Sampaprev (plano previdenciário complementar privatizado).

De acordo com Juliana Salles, diretora do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), o prefeito informou que só reconsiderará a nova lei da previdência municipal quando Bolsonaro aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da previdência nacional. Conhecida como PEC da Morte, ela tem intuito de piorar ainda mais a vida dos servidores públicos. “Nós entramos em greve porque, na calada da noite próxima ao Natal, a Câmara aprovou o confisco dos nossos salários e foi colocada em xeque a nossa aposentadoria. Bolsonaro e Covas, não vamos aceitar esse confisco!”, reitera a médica.

Juliana ainda explica que o prefeito recebeu os representantes sindicais para dialogar porque a greve é ascendente e ganha cada vez mais força. “Para mobilizar mais gente, devemos fortalecer nossos comandos unificados, cada médico deve ir às escolas,

cada professor deve ir às unidades de saúde. Só assim conseguimos progresso”, lembra.

Para o pediatra Caruê Contreiras, o aumento no desconto dos salários significa a precarização do serviço público. “A aposentadoria está mudando e entrar no serviço público não será mais interessante para os médicos.”

O anestesologista Victor Vilela reforça que a greve é crescente na área da saúde e que, desde o ano passado, cada vez mais pessoas decidiram participar do movimento. “Agora é a hora de a gente virar esse jogo e exigir essa revogação da lei que confisca parte dos nossos salários. Precisamos unir as forças agora, só a luta muda a nossa vida.”

## Sampaprev

Além do desconto e da retirada dos direitos dos trabalhadores, que já estão há anos tendo o reajuste salarial fictício de 0,01%, o PL também cria o Sampaprev. O plano complementar enfraquecerá o Instituto de Previdência Municipal de São Paulo (Ipem), segregando os fundos de quem já é servidor e aposentado dos que se aposentarão futuramente.

De acordo com Juliana, a capital paulista passa por um processo de destruição dos seus serviços públicos por meio da desvalorização dos servidores, com a redução dos concursos públicos e o avanço das terceirizações, o que leva à piora da qualidade dos serviços prestados à população.

## Jornadas de março

Desde a gestão João Doria, a Prefeitura de São Paulo tenta usurpar os direitos dos servidores municipais. Em março de 2018, os profis-



> Profissionais realizaram diversos atos contra a reforma da previdência municipal em fevereiro deste ano

## Previdência Nacional ameaçada

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) enviada ao Congresso no dia 20 de fevereiro por Jair Bolsonaro não inclui os militares e os setores executivo e legislativo, deixando o trabalhador que contribuiu a vida inteira à míngua. A PEC exige idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres com 40 anos de contribuição para receberem 100% do valor de suas aposentadorias, ignorando a expressiva carga horária a que estão submetidos esses trabalhadores.

O presidente eleito defende um modelo de capitalização privado com contas individuais em substituição ao atual sistema de repartição (financiado com a participação do Estado, empresas e trabalhadores). Sem a proteção do Estado ou subsídio dos patrões, esse modelo de ca-

pitalização deixa de garantir um valor mínimo para a aposentadoria e passa a assegurar apenas o que o trabalhador conseguir poupar. No Chile, um modelo parecido foi aplicado e o resultado não poderia ter sido diferente: trabalhadores se aposentam recebendo metade do salário mínimo e suas aposentadorias duram cerca de 5 anos, tempo que rende a capitalização da poupança individual.

### PREVIDÊNCIA ATUAL X PREVIDÊNCIA POR CAPITALIZAÇÃO

Para se ter uma ideia, hoje quem contribui com R\$ 76,32 durante 35 anos recebe uma aposentadoria mensal de R\$ 954,00. Com a proposta de reforma e Bolsonaro, o trabalhador que contribuir com R\$ 76,32 durante 35 anos receberá uma aposentadoria de R\$ 224,95 mensal.

sionais em greve também foram às ruas e conseguiram a primeira importante vitória: a votação do projeto foi suspensa por 120 dias. A conquista só foi garantida por meio da união das várias categorias de servidores municipais que iniciaram a greve, nessa que foi considerada a maior manifestação dos servidores de São Paulo das últimas décadas.

Os profissionais da saúde, inclusive os médicos, entraram de forma progressiva e substancial

na mobilização, junto aos demais servidores, contribuindo de forma significativa para a conquista.

Após a vitória, os servidores tiveram seus direitos roubados na calada da noite do dia 22 de dezembro, às vésperas do Natal, dia em que o projeto foi para votação na Câmara dos Vereadores. A proposta, apresentada pelo atual prefeito da cidade, Bruno Covas, foi retomada a toque de caixa quando a maioria dos trabalhadores estava de férias.

# Reitoria da USP se compromete a contratar funcionários para o HU

No início de fevereiro, foi realizada uma reunião no Ministério Público Estadual (MPE) para buscar soluções aos problemas enfrentados pelo Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (HU-USP). No encontro, foi definido que será criado um plano de contratação de funcionários. Além disso, o reitor da universidade, Vahan Agopyan, reconheceu que a verba adicional de R\$ 40 milhões, aprovada na

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), deve ser destinada para o HU.

“É tempo de superarmos a crise que vai para seu quinto ano. Esperamos que a reitoria cumpra a lei orçamentária e contrate profissionais para que o HU possa funcionar plenamente”, diz Gerson Salvador, diretor do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) e médico do HU.



## Exposição



## Mulheres médicas em mostra fotográfica

Em comemoração aos 30 anos da entidade, a Confederação das Mulheres do Brasil (CMB) lançou a exposição fotográfica *Mulher, Trabalho e Desenvolvimento*. O Simesp participou da mostra com fotos de mulheres

médicas captadas ao longo dos últimos anos pela entidade. A exposição ficou disponível para visitação entre os dias 16 de janeiro e 2 de fevereiro no Centro Cultural Olido, na região central de São Paulo.

## Guarulhos

# População alerta sobre estado de emergência na saúde de Guarulhos

Em vídeo que circulou pelo WhatsApp, a população pede que o prefeito Gustavo Henric (Guti) decrete estado de emergência para a saúde da cidade

Em reunião realizada em janeiro, a população, juntamente com dirigentes comunitários da cidade, gravou vídeo em frente ao Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso (HMPB), no qual pede ao prefeito Gustavo Henric Costa, mais conhecido como Guti, que decrete estado de emergência na saúde de Guarulhos. De acordo com os dirigentes, a saúde foi sucateada e os pacientes estão sofrendo com

a falta de insumos e medicamentos, faltam médicos obstetras e ginecologistas, além das demais especialidades.

O presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), Eder Gatti, já havia alertado sobre a situação em agosto do ano passado. Para Gatti, o bom funcionamento da rede de saúde é responsabilidade da prefeitura, que deveria resolver essa situação. “A saúde

de Guarulhos já está dando sinais de falência há um tempo, a população sente falta dessa assistência e a responsabilidade é do prefeito Guti”, avisa Gatti.

O encaminhamento do pedido de estado de emergência, como é informado no vídeo, será levado ao Conselho Municipal de Saúde e protocolado no Paço Municipal da cidade, local onde estão localizados o Gabinete do Prefeito e a Secretaria de Governo. O apelo é para que seja repostos o quadro de profissionais e que não falem os aparelhos e insumos necessários para o atendimento da população.

## Errata



Diferentemente do que foi publicado na capa da edição 38 deste jornal, o acordo fechado entre o Simesp e o Sindhosfil-SP garante reajuste salarial de 3,64% aos médicos que trabalham em organizações sociais, santas casas e hospitais filantrópicos. O reajuste não foi de apenas 2,5% como havíamos divulgado.

# Município não paga seus médicos

Médicos do Hospital Municipal Antônio Giglio (HMAG), de Osasco, estão com o salário de dezembro atrasado até hoje. Além disso, os profissionais atuam sem qualquer vínculo empregatício, apenas com contrato verbal. A falta de pagamento também aconteceu na Maternidade Amador Aguiar, onde os médicos não recebem desde novembro.

O presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), Eder Gatti, já havia alertado que o modelo adotado pela gestão Lins é irresponsável, pois coloca os médicos em condições precárias de trabalho, privados de direitos trabalhistas e sujeitos a calotes. “Como consequência disso, médicos acabam deixando seus postos de trabalho por não suportarem a situação e quem mais sofre é o paciente, que depende do atendimento de uma rede de saúde desestruturada”, explica.

## Precatórios

### Médicos firmam acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo

O Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) convocou profissionais interessados em firmar acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo em dezembro. A administração direta lançou edital no ano passado para a realização do pagamento das indenizações derivadas de processos judiciais. Com o novo chamamento, que já se esgotou, mais de mil médicos poderão ser beneficiados em decorrência de ação coletiva movida pelo sindicato em 1995.

A maioria dos médicos que aderiram ao acordo terão 35% de deságio (desconto) no valor total a ser pago. A vantagem é que não é preciso aguardar até o

## Falta de segurança

Ao final do seu último atendimento do plantão de sábado à noite, uma médica de 64 anos foi violentamente agredida pelo pai de sua paciente no Pronto-Socorro Vila Ayrosa, em Osasco, o que lhe rendeu um olho roxo e hematomas nos braços. No início de dezembro, a área de descanso dos médicos no PS foi invadida e quebraram o local.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), Eder Gatti, a população acaba extravasando a sua revolta diante do descaso dos gestores do SUS e da piora do atendimento nos profissionais que atuam na linha de frente. Desde o início do aumento da violência no local, os funcionários pedem por policiamento e controle de acesso no pronto-socorro, mas nada é feito pela prefeitura.

final dos trâmites para receber os valores devidos e a desvantagem é o desconto, que pode variar de 30% até 40% da dívida total, de acordo com a data do processo. Vale ressaltar que a decisão em realizar o acordo não pode ser contestada. Além disso, o prazo para o pagamento dos precatórios ainda está em aberto.

O processo foi movido em 1995, quando o então prefeito da cidade, Paulo Maluf, negou o reajuste salarial previsto em lei para os servidores municipais, que não foi aplicado no período de 1995 a 2000. Em 2001, a Justiça determinou o ganho da ação de nº 0408445-56.1995.8.26.0053.



> Residentes protestam em frente ao Instituto de Infectologia Emílio Ribas (IIER)

## Residentes estiveram paralisados contra a precariedade do trabalho

Os médicos residentes do Instituto de Infectologia Emílio Ribas (IIER) realizaram paralisação nos atendimentos em dezembro, em reivindicação pela falta de tomógrafo (quebrado por dois meses) e de ressonância magnética (quebrada há dois anos), além de número insuficiente de ambulâncias.

De acordo com Natanael Adiwardana, coordenador geral da Associação dos Médicos residentes do IIER, as negociações com o diretor técnico do hospital, Luiz Carlos Pereira Junior, avançaram porque ele informou, oficialmente, que serão retomadas as atividades da tomografia para todos os pacientes internados. Já os exames ambulatoriais serão retomados conforme reabertura de agenda. “Consideramos uma vitória, pois a primeira reivindicação foi

atendida, a que gerava maior agravo aos pacientes”, explica.

Sobre o transporte de pacientes, o plano de continência dos residentes, que previa processos de remoção hospitalar de pacientes de alta complexidade com demanda de suporte intensivo, foi acatado para pacientes não graves. “Contudo, ainda não há solução definitiva, mantendo a dependência do sistema atual, que não atende à demanda”, conta Adiwardana.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), Eder Gatti, os residentes e o Simesp seguirão acompanhando de perto os trabalhos da gestão. “O Emílio Ribas sofre com a má administração e o subfinanciamento do SUS. É preciso garantir assistência de qualidade aos pacientes, que dependem do hospital.”

# Simesp assina acordo coletivo com Sindhosp

Médicos que trabalham em hospitais, clínicas, laboratórios e casas de saúde terão reajuste salarial de 6%. O acordo firmado em dezembro entre o Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) e o Sindicato dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde, Laboratórios de Pesquisas e Análises Clínicas do Estado de São Paulo (Sindhosp) garantiu a manutenção do poder de compra do médico mesmo em um ano de crise. Além do reajuste, os profissionais também receberão 100% sobre as horas extras e 50% de adicional noturno.

A data-base da categoria é 1º de setembro. O reajuste foi calculado sobre o salário pago em 31 de agosto de 2018 e entrou na folha de pagamento de janeiro. O valor do retroativo foi pago em duas parcelas, juntamente com os salários de janeiro e fevereiro.

O índice de reajuste foi negociado pelo Simesp acima do Índice Nacional de Preços ao Con-



sumidor (INPC) do período, que seria de 3,64%, com o objetivo de tentar sanar o prejuízo dos médicos que ficaram sem reajuste em 2017, pois as negociações não avançaram com o sindicato patronal. Acabou havendo o ônus do não recebimento do valor retroativo de 2017, mas, sem essa manobra, os médicos permaneceriam sem qualquer reajuste.

Em 2016, a negociação precisou ser judicializada, porém o Tribunal Superior do Trabalho (TST) extinguiu o processo por entender que houve falha processual, retirando a possibi-

lidade de aplicação do reajuste requerido pelo Simesp.

Fica garantida a estabilidade à médica gestante desde o início da gravidez até cinco meses após o parto. Já os novos pais terão di-

reito a uma licença de cinco dias.

Os profissionais também terão como benefício cinco dias consecutivos por ano, sem prejuízo nos salários, para participação em eventos científicos.

## Sindmogi e Sindribeirão também entraram na convenção coletiva

Em dezembro do ano passado, o Simesp também firmou acordo com o Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios de Ribeirão Preto e Região (Sindribeirão) e o Sindicato dos Hospi-

tais, Clínicas e Laboratórios de Mogi das Cruzes (Sindmogi), garantindo o reajuste salarial aos médicos que trabalham em hospitais, clínicas e laboratórios nessas regiões.

### Novo acordo

## Negociação finalizada com Sinamge

Médicos que trabalham em empresas de medicina de grupo terão reajuste salarial de 3,64%. A porcentagem do acordo firmado entre o Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) e o Sindicato Nacional das Empresas de Medicina de Grupo (Sinamge) é equivalente ao Índice Nacio-

nal de Preços ao Consumidor (INPC) do mês de agosto de 2018. O sindicato garantiu a manutenção do poder de compra do médico mesmo em um ano de crise. Além do reajuste, os médicos também receberão 100% sobre as horas extras e 50% de adicional noturno. A data-base

da categoria é 1º de setembro.

Para os regimes de 20 horas semanais de trabalho, fica fixado o número de 60 pacientes a serem atendidos pelo médico e 20 pacientes em casos de retorno por semana.

Também fica garantida a estabilidade à médica gestan-

te desde o início da gravidez até 60 dias após o término da licença-maternidade.

Os profissionais também terão como benefício cinco dias consecutivos por ano, sem prejuízo nos salários, para participação em congressos e outros eventos científicos.

### Na mídia



## Simesp é destaque em reportagens do portal UOL e do jornal Agora

A terceirização da saúde nos municípios de Osasco e Guarulhos foi tema de reportagem especial do portal UOL, com base em informações e entrevista fornecidas pelo Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp). De acordo com Eder

Gatti, presidente do Simesp, a pejetização está expulsando os médicos da rede pública.

O jornal Agora São Paulo entrevistou Gatti sobre o fato de a rede municipal de São Paulo ter perdido 10% de seus médicos em cinco anos.

# Aproveite nossas ofertas do Simesp+

Os associados do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) têm benefícios especiais para opções de lazer. Confira em nosso site todos os descontos que são oferecidos por nossos parceiros e aproveite este novo ano para curtir mais com a família e amigos.

O Simesp+ possui uma ampla rede de descontos que irão surpreender você, como parcerias com hotéis, parques, resorts, lojas, cursos de capacitação e idiomas, além

de descontos em pacotes de viagens e passagens aéreas. Confira essas e outras oportunidades em nosso site [www.simespmais.org.br](http://www.simespmais.org.br).

Caso ainda não seja associado ao Simesp e tenha interesse em conhecer mais sobre os benefícios que são oferecidos, entre em contato com o nosso canal de relacionamento pelo telefone: (11) 3292-9147, pelo WhatsApp (11) 99111-5490 ou pelo e-mail [relacionamento@simesp.org.br](mailto:relacionamento@simesp.org.br).



## Direito dos Médicos

### Termo de Consentimento Informado deve ser claro e objetivo

Caso não atenda a esses requisitos, o paciente pode não entender os riscos e possibilidades dos procedimentos realizados e se sentir prejudicado. Isso pode levá-lo a procurar medidas judiciais para reparação, mesmo que sejam indevidas

#### Qual é a utilidade do termo?

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ou Consentimento Informado) é a autorização do paciente aos procedimentos médicos realizados, por meio de sua assinatura ou de seu responsável. Tem como principal objetivo fazer prevalecer a autonomia consciente na escolha do tratamento que melhor atender às expectativas do paciente.

O Código de Ética Médica prevê que o médico precisa obter essa autorização e esclarecer as dúvidas do paciente antes de realizar qualquer intervenção, exceto em caso de risco iminente de morte. A Constituição Federal e o Código Civil também possuem artigos sobre o tema.

#### Como ele deve ser feito?

Após informar devidamente o paciente sobre o tratamento proposto, esclarecendo todas as dúvidas, deve-se entregar um documento com linguagem clara e objetiva sobre qual é o tipo de intervenção que será realizado, seus possíveis riscos, resultados e possibilidades.

Caso o médico não atenda a esses requisitos no documento, o paciente pode não entender completamente as implicações do procedimento realizado e se sentir prejudicado. Isso pode levá-lo a procurar medidas judiciais para reparação, mesmo que seja indevida.



#### Possíveis mudanças

Em abril de 2018, foi apresentado, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), o Projeto de Lei (PL) 231/18, que objetiva alterações no Termo de Consentimento Informado com relação aos pacientes em estado de enfermidade terminal. O PL propõe a possibilidade da elaboração de um documento com instruções prévias de vontade, no qual o consentimento ou negativa são dados antes mesmo de ocorrer a própria doença. Mesmo após o PL ser aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na Câmara dos Deputados e em sessão extraordinária na Alesp, o governador de São Paulo, João Dória, o vetou no dia 17 de janeiro. O PL voltará para análise dos parlamentares.

#### O que fazer se o paciente se sentir lesado?

Caso o paciente procure o médico com questionamentos sobre uma cirurgia ou alguma outra intervenção, o ideal é esclarecer todas as dúvidas e ser transparente. Se for movida alguma ação judicial, recomenda-se agendar uma consulta com um advogado do Simesp, que poderá orientar sobre o caso específico.

> O que você gostaria de ler na próxima edição? Mande suas sugestões: [noticias@simesp.org.br](mailto:noticias@simesp.org.br) <

# “O Sampaprev é uma ruptura de solidariedade entre gerações”

Na opinião de Juliana Salles, secretária de assuntos jurídicos do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), a aprovação da reforma da previdência municipal é um confisco imediato dos salários dos servidores. A médica alerta que a alteração da previdência municipal coloca em risco a aposentadoria dos servidores sem nenhuma contrapartida em melhorias para a saúde, município ou servidores

Colaborou: Miréia Lima

## O que é o Sampaprev?

É um projeto de reforma da previdência municipal da cidade de São Paulo. Foi proposto inicialmente em 2016 e resgatado pelo então prefeito da cidade João Doria o final de 2017. Em seu projeto inicial, estabelece um aumento da alíquota de pagamento dos servidores municipais de 11% para até 19%. O Sampaprev é uma ruptura de solidariedade entre gerações.

Esse projeto cria o fundo de garantia complementar, proposta que se mantém para os novos servidores e, embora isso não tenha ficado completamente explícito na proposta, haverá um outro órgão responsável para essa administração. Então, os novos servidores que tiverem seus salários acima do teto do INSS e que quiserem receber a aposentadoria acima do estipulado terão que contribuir de 1% até 7% a mais do que os 14% que já foram aprovados.

## Poderia falar um pouco sobre essa proposta de mudança na previdência?

Inicialmente, houve bastante resistência pelos servidores municipais, que fizeram uma

grande mobilização no começo do ano passado. Os trabalhadores compreenderam que era um confisco salarial e que, além de representar o aumento da alíquota em até 19%, ainda comprometia a previdência e a aposentadoria dos profissionais a médio e longo prazo.

De supetão, esse desconto salarial de 14% foi aprovado. Os servidores já estão sofrendo com reajustes salariais de 0,01% há muitos anos, agora terão esse confisco nos salários e sem receber nada em troca. Não há nenhuma promessa de melhorias nas condições de trabalho, não temos nenhuma garantia de que nossos direitos não serão mais mexidos ou de que será garantida a nossa aposentadoria no futuro, ou seja, não tem nenhuma contrapartida.

Além de que isso compromete o salário dos médicos e de todos os demais servidores. A gente tem um cenário crônico de falta de reposição, falta de concursos públicos: o último concurso, por exemplo, foi feito em 2016 e os médicos que passaram não foram chamados para mais de 800 vagas anunciadas. Não ficou claro o porquê de esses médicos não terem sido chamados e, enquanto isso, as unidades básicas de saúde



Roberto Parizotti

> Juliana Salles: “Não temos garantia de que nossos direitos não serão mais mexidos”

estão com déficit de funcionários.

## O fato de o projeto ter sido votado às vésperas do Natal, quando muitos servidores já estavam de férias, pode ter sido estratégico para o resultado?

O ex-prefeito, João Doria, não conseguiu emplacar a reforma que ele queria e o resultado foi que colocaram uma proposta para ser estudada em 120 dias, mas isso não aconteceu e o projeto ficou parado. Quando acabaram as eleições, o projeto voltou para a fase de comissão de estudos e a tramitação demorou menos tempo do que é considerado constitucional pela Câmara dos Vereadores. Deveriam esperar no mínimo 30 dias para ser votado, mas no dia 21 de dezembro, na calada da noite, eles esperaram a mobilização dos servidores ter um número reduzido e aprovaram esse projeto na madrugada, surpreendendo a todos. A segunda votação foi no dia 26/12, quando eles aprovaram essa reforma nefasta.

## Sobre a reforma da previdência nacional, se for aprovada, quais são as perspectivas?

A proposta de reforma da previdência nacional tem como um dos preceitos ser aprovada num curto tempo. Ela defende tanto o sistema de capitalização quanto também a limitação do acúmulo das aposentadorias municipais e estaduais.

Então, ela transforma essa reforma do município de São Paulo em pouca coisa, porque coloca um teto do INSS e do re-

gime geral e ele limita o número de aposentadorias que o colega médico receberia. Por exemplo, se o médico trabalha hoje no município e no estado, ele passaria a ter que escolher uma das duas aposentadorias. Esse sistema de capitalização simplesmente transformaria os fundos da previdência pública em fundos de administração direta privada, ou seja, cada servidor teria sua conta individual, e, quando se aposentasse, o valor acumulado no tempo de trabalho seria o que ele receberia no final.

Então, no momento mais vulnerável da vida, o trabalhador ficaria sem aposentadoria, sem uma garantia de sobrevivência, assim como acontece no Chile. O país enfrenta uma epidemia de suicídios de idosos acima de 80 anos por receberem o equivalente a R\$ 300 ou R\$ 400 reais por mês. Sem condições de se sustentar e sem aceitação no mercado de trabalho.

## Na sua opinião, o que pode ser feito para mudar o cenário atual?

Só a resistência pedindo pela revogação dessa lei 17.020/2018 (antigo PL 621) vai ter alguma chance de manter as garantias dos servidores. A gente sabe que, historicamente, só quando houve mobilização conjunta existiu a possibilidade de se reverter algum cenário.

Os servidores municipais estão em greve desde o dia 4 de fevereiro para que a gente consiga revogar esse projeto.